

## A carta da energia

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: Ricardo Migueis

A energia na América do Sul tem assumido crescente importância na formulação das políticas interna e externa dos países da região, nomeadamente enquanto instrumento de poder e afirmação. As relações entre países vizinhos e parceiros no projecto de integração regional tornam clara a interdependência energética, mas também económica e política. Terá o Brasil energia suficiente para fazer valer a sua visão? Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela formam um conjunto de países com governos uniformemente etiquetados como «de esquerda», mas radicalmente diferentes. O Brasil de Lula nada tem a ver com a Venezuela de Chavez, por exemplo. Enriquece o panorama das diferenças o facto da história recente de cada um destes países mostrar realidades socio-políticas e económicas distintas. A consolidação da democracia caminha de forma desigual em cada um destes países, particularmente nos mais pobres e cujo produto depende quase por inteiro da exploração e exportação de gás ou petróleo. Se uns estão a enfrentar com reconhecido sucesso o desafio de integração na economia mundial, outros, por motivos económicos ou mesmo ideológicos, resistem e até desafiam esta lógica.

As características internas que distinguem os países sul-americanos acima mencionados espelham-se na política externa que promovem e, assim, os jogos de poder entre os vários governos tornaram a energia pilar de afirmação internacional e perante os seus cidadãos. Na Bolívia, a nacionalização do gás natural não é mais do que um reflexo visto como imprescindível para a legitimação política do seu recém-eleito presidente, Evo Morales. Ganhador de um escrutínio eleitoral marcado pela frustração profunda da população em relação à política dos anteriores presidentes, particularmente no combate à pobreza, Morales demorou apenas 5 meses a aplicar a decisão referendada de nacionalizar a exploração do gás natural, afectando as multinacionais que desde 1996 tinham tido carta branca para o explorar e comercializar. Sendo o país com as segundas maiores reservas de gás na região, projectos de exportação não tardaram após o processo de privatização, deflagrando a crise com o anúncio de exportar gás natural para o México e os Estados Unidos. As reivindicações da população

foram aumentando de tom, convictas que em nada beneficiariam com o projecto, acabando por provocar a fuga do presidente Sanchez de Losada para Miami. Dois anos mais tarde foi a vez de Carlos Mesa convocar eleições antecipadas, após os bolivianos terem votado, em referendo por ele convocado, pela nacionalização da exploração do gás natural.

A subida de Evo Morales ao poder, em Dezembro de 2005, configura-se ironicamente como mais um fruto do desencanto com as políticas neo-liberais da década anterior. Um fruto populista que vem reforçar a perspectiva defendida por Hugo Chavez de uma América do Sul unida contra o «imperialismo norte-americano» e que se opõe à perspectiva brasileira de uma «integração pragmática, que daria mais peso à América Latina face aos seus parceiros comerciais», nas palavras recentes de Alfredo Valladão para o Le Fígaro. Uma interpretação que se adequaria perfeitamente às posteriores declarações de Lula em entrevista ao Le Monde, publicada por ocasião da visita de Estado de Jacques Chirac ao Brasil: «Não devemos fazer ideologia com as nossas relações políticas e comerciais».

A Venezuela é vista cada vez com mais desconforto pelos países latino-americanos. Para o Brasil, a guerra aberta e de cariz ideológico-radical de Chavez torna-se um obstáculo à política de aprofundamento da integração regional, vista pelos brasileiros não como instrumento de confrontação com os Estados Unidos, mas sim como alavanca da sua posição negociadora face à China, Índia, Médio Oriente, África, Estados Unidos ou União Europeia, com quem o Brasil tem aumentado o volume de trocas comerciais e investimento directo. A integração da Venezuela no Mercosul enfraquece o bloco do cone sul em termos políticos, pelo menos enquanto Chavez se mantiver no poder. No entanto, o líder venezuelano terá que se submeter a eleições no final deste ano e se a integração regional funcionou anteriormente também enquanto reforço do regime democrático dos membros fundadores do Mercosul, poderá novamente voltar a exercer essa função em relação à Venezuela.

Por enquanto, o Brasil, enquanto motor económico e político de qualquer projecto de integração na região, vai condicionando a sua energia para a criação de consensos. Por um lado, apaziguando as relações entre vizinhos, mesmo que contra a sua visão e vontade, por outro, tentando projectar-se no plano global enquanto líder regional. Em ano de eleições também no Brasil, Lula quer-se mostrar um líder forte e decidido, mantendo a sua postura de defensor dos mais fracos. Assim, tem tentado aproveitar este momento político a seu favor, passando uma mensagem de calma, controle e

confiança no futuro, particularmente na capacidade energética do Brasil, que este ano se tornou auto-suficiente em petróleo.

#### A «revolução energética»

É num tom optimista que Lula se refere ao Brasil como «a maior potência energética do planeta Terra dentro de 20 ou 30 anos». Corresponde à proximidade das eleições presidenciais, em que concorrerá para um segundo turno. Lula fala de uma revolução energética em curso no Brasil, assente na forte aposta em energias alternativas. Na já referida entrevista ao *Le Monde*, o Presidente do Brasil lembra a crise petrolífera dos anos 70, ocasião em que o seu país lançou um programa de produção de bioetanol, carburante conseguido através da cana-de-açúcar, que deu origem a uma verdadeira indústria alternativa ao petróleo e hoje alimenta uma elevada percentagem de carros no país. A bandeira das energias alternativas do século XXI no Brasil é o biodiesel, mas outras fontes de energias renováveis estão também a ser exploradas, nomeadamente: a exploração de gás natural liquefeito, o aumento da exploração hidroeléctrica (fortemente impulsionada após a crise de 2001), energia eólica, ou ainda, a energia nuclear.

A exploração de energias alternativas é, sem dúvida, central para a sustentabilidade económica e ambiental, configurando-se como uma oportunidade para muitas empresas, como ficou bem patente pelo interesse da comitiva empresarial que acompanhou Jacques Chirac ao Brasil, de 24 a 26 de Maio. Três contratos foram assinados e a ocasião serviu para os franceses marcarem posição para a construção da terceira central nuclear do Brasil (Angra III).

A realidade é que o Brasil ainda está muito dependente da importação de energia, nomeadamente do gás boliviano. É a principal fonte de energia de todo o sul do país, incluindo a sua região mais industrializada, São Paulo. No entanto, o aparente gigantismo desta crise deve ser contextualizado, a interdependência energética e económica entre os dois países é grande. Se o Brasil precisa do gás da Bolívia, esta sabe que o Brasil é o seu principal mercado. Este pode, contudo, ser um factor impulsionador na decisão do governo brasileiro de avançar com a construção de Angra III, no Estado do Rio de Janeiro. As duas primeiras centrais foram construídas pela Siemens, no âmbito de um projecto interrompido em 1986 por falta de fundos.

A construção de Angra III reveste-se de importância como fonte de energia alternativa, mas também de simbolismo na cena internacional. Num momento de elevada tensão

no que se refere ao enriquecimento de urânio em países da Ásia e Médio Oriente, o Brasil foi autorizado pela comunidade internacional a produzir urânio enriquecido, para fins civis, sob a supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica. Um sinal de confiança na condução política do país, sendo para alguns um sinal de que o Brasil está a conseguir a credibilidade de que precisa para concretizar o objectivo de vir a integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A procura de auto-suficiência energética passa também pelo petróleo. No passado dia 21 de Abril, feriado e aniversário da morte do herói da independência do país, Tiradentes, o Presidente Lula anunciou a capacidade instalada diária de produção de 1,9 milhões de barris de petróleo (tanto como o Kuwait, mais do que Líbia e Angola), cerca de 100 mil mais do que o consumo corrente do país. No entanto, a gestão das reservas de petróleo terá que ser cuidada e, fora o valor simbólico que vem acoplado à auto-suficiência, o Brasil goza agora de um período de maior conforto que deve usar para garantir o futuro. Segundo Paulo Metri, investigador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em declarações à imprensa francesa, estas reservas não durarão mais de 20 anos se o Brasil ceder à tentação de exportar. Sabemos o quão falíveis são os cálculos sobre reservas naturais; no entanto, a exportação arriscaria reduzir o horizonte de auto-suficiência do Brasil e obrigaria a importar de novo quando os preços de petróleo tiverem ainda mais elevados.

#### A visita de Chirac

Foi neste contexto que o Presidente francês visitou o Brasil. Chegou a Brasília acompanhado de cinco ministros (Negócios Estrangeiros, Defesa, Economia, Educação e Indústria) e de uma comitiva empresarial que incluía algumas das maiores empresas francesas, como a Alstom, a Saint-Gobain, a Areva, a Suez e a Thales. No plano dos negócios, o objectivo era claro: a França ocupa apenas o sétimo lugar na lista de fornecedores estrangeiros do Brasil, representando apenas 3,7% do volume global de importações brasileiras; pretende-se aumentar significativamente o volume de trocas comerciais e de investimento directo. Trata-se de uma aposta num «futuro gigante», nas palavras de Jacques Chirac. A energia foi tema central. A empresa francesa Areva aproveitou para fortalecer a sua posição na corrida para a construção de Angra III, importante passo para se posicionar também para a construção dos outros 6 reactores nucleares previstos para os próximos 15 anos. A Suez continuará a sua aposta na produção de energia hidroeléctrica e também de gás natural liquefeito.

Três acordos foram firmados por empresas francesas, simbolizando a cooperação na área financeira e, ainda, no campo da produção de elevado valor acrescentado: a Thales fabricará no Brasil radares de longo alcance para exportação, a EADS colaborará no fabrico de habitáculos de helicópteros, o Ixis (banco de investimento), comprará créditos de emissão de carbono no quadro do Protocolo de Quioto.

No entanto, na «parceria estratégica» de que falava Chirac já antes da visita ao Brasil e que aparece destacada enquanto base da cooperação bilateral entre os dois países, a auto-suficiência ou segurança energética funciona, tal como entre os países da região, como instrumento de aproximação e colaboração entre as partes. Neste sentido, a França acordou associar-se ao Brasil para desenvolver o mercado internacional de etanol e disseminar tecnologias para a produção de bio-combustíveis em países da África e das Caraíbas. A parceria fundamenta-se numa «mesma visão do mundo», como disse Jacques Chirac, descrevendo-a como um mundo multipolar harmonioso, pautado pelas relações multilaterais, o que leva a França a apoiar a entrada do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Se existe convergência em relação à visão do mundo entre os dois líderes, os pontos de discórdia sobre os processos para a sua promoção também existem, nomeadamente, sobre as negociações comerciais no âmbito da ronda de Doha e, consecutivamente, sobre o avanço no sentido de uma associação estratégica inter-regional entre a União Europeia e o Mercosul. Para o Presidente francês, a chave do sucesso está nas mãos dos norte-americanos, acusando-os de não reduzirem os subsídios à exportação de produtos agrícolas. A resposta de Lula demonstrou a inflexibilidade da sua posição enquanto líder do G20 e acérrimo defensor dos direitos dos países mais pobres: «as partes implicadas começam a repetir-se sobre o mesmo assunto. Se na Europa a agricultura representa 4% da mão-de-obra, nós temos países onde a agricultura ocupa 70%». Uma clara alusão à necessidade da UE abrir mais o seu mercado aos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento.

Segundo as regras da OMC e no contexto actual, as concessões têm que ser feitas por e para todos. O entrave não é mais económico ou comercial, parafraseando Lula, é claramente político. O sucesso nas negociações depende da vontade política dos líderes envolvidos. No entanto, o aprofundamento das relações económicas e políticas continuará e a energia é mais um caminho alternativo enquanto não se desbloqueia o impasse de Doha.

Para tal, reconhecer os avanços na democratização dos países latino-americanos, como fez Chirac ao adjectivá-la como irreversível, é um voto de confiança e apoio a uma visão democrática e pacífica para a região.